

2 - Sobre política e amizade

Um mundo sem diferenciação entre amigo e inimigo seria um mundo sem política
Carl Schmitt

Os estudos sobre a amizade têm como ponto comum admitir a existência de diferentes categorias de amigos, quer esses se refiram às relações mais íntimas e profundas da pessoa, os chamados “amigos de verdade”, quer correspondam a relações ligadas à vida social, como o trabalho, relações essas que podem ter um caráter mais superficial, associadas às normas de cortesia do bom convívio.

Na filosofia de Aristóteles, a amizade era tida como elemento mesmo essencial à ética, pois apenas as pessoas boas e virtuosas poderiam ser amigas no sentido pleno do termo. Já no pensamento ocidental moderno, tornou-se corrente a percepção da amizade como sentimento ou preferência individual, sendo assim vista como “coisa estritamente pessoal, de cunho afetivo e pouco sujeita a princípios sociais” (Rezende, 2002, p.19). Nesse contexto, a amizade funciona, segundo explica Paine (idem, ibidem, p.21), como um refúgio para a vida pública e todas as suas convenções. O elemento afetivo da amizade reforça este caráter pessoal e privado.

Mas o caráter totalmente privado não resiste sozinho e surge uma classificação mais ampla, capaz de dar conta de todas as outras subcategorias da amizade, sintetizadas em apenas dois universos: o privado e o público. Allan Silver (idem, ibidem, p.23) identifica uma mudança crucial na amizade, com a passagem da valorização das ações virtuosas, de lealdade e fidelidade, para uma preocupação com o instrumentalismo, fenômeno que estaria associado a uma visão moderna de amizade. Tal mudança exige separação das relações afetivas e íntimas das relações fundadas em interesses materiais, como detalha Rezende:

Ou seja, temos uma distinção entre as esferas das relações – pública e privada – que em outras épocas não eram dissociadas, como no século XVIII, quando ao se tratar da amizade falava-se tanto das preocupações com a felicidade individual quanto de um imaginário político. (Idem, ibidem, p. 23)

É nessa esfera pública da amizade que se inclui a amizade política. Já na Grécia Antiga, o filósofo Aristóteles afirmara que “a amizade e a guerra são a origem de toda instituição e toda a destruição” (in Schmitt, 1992, p.31). A relação visceral entre amizade e política também se expressa pela atenção dada ao tema por Nicolau Maquiavel em seu “O Príncipe” (2000), o grande clássico da política, no qual o

escritor italiano também remete à categorização da amizade. Diz Maquiavel:

“Amizades que se conquistam com dinheiro e não pelo coração nobre e altivo fazem sentir seus efeitos, mas são como se não as tivéssemos, pois de nada servem quando delas precisamos.” (*Maquiavel, 2000, p. 89*)

Já no século XX, o filósofo alemão Carl Schmitt (1992) elege as definições amigo e inimigo como pilares da elaboração do conceito do político, um personagem que, na visão do filósofo, perderia o sentido num contexto em que fosse impossível diferenciar amigos e inimigos:

Toda contraposição religiosa, moral, econômica, étnica ou outra transforma-se numa contraposição política, se tiver força suficiente para agrupar objetivamente os homens em amigos e inimigos. O político não reside na luta em si, que por sua vez tem suas próprias técnicas psicológicas e militares, mas, conforme já dissemos, num comportamento determinado por esta possibilidade real, num claro reconhecimento da própria situação por ela determinada e na tarefa de distinguir claramente entre amigo e inimigo. (Schmitt, 1992, p. 63)

Schmitt considera que a própria existência da política só faz sentido quando existem inimigos a serem enfrentados e vê na escolha ou identificação desses inimigos a realização da essência política. A guerra também resulta dessa separação e quando tal diferenciação deixa de existir, junto desaparecem o político e a política.

Diz ele:

Se deixa de existir tal diferenciação (entre amigos inimigos), então deixa de existir a vida política geral. Se um povo teme os incômodos e o risco da existência política, então há de se encontrar justamente um outro povo que lhe retire esses incômodos, assumindo para tanto sua proteção contra inimigos externos e com isso também a dominação política; o protetor determina então o inimigo, em virtude da eterna conexão entre proteção e obediência. (Idem *ibidem*, p.77)

Sem inimigo comum, o grupo de indivíduos unidos por outro objetivo passa a formar uma associação social, sem uma existência política em sua plenitude. O autor alemão também admite categorizações da amizade ao reconhecer as características peculiares que aparecem no universo político. Ele chega mesmo a afirmar que o indivíduo privado não pode ter inimigos políticos, aos quais reconhece características especiais. “O inimigo político não precisa ser moralmente mau, não precisa ser esteticamente feio, não tem que surgir como concorrente econômico, podendo até talvez mostrar-se proveitoso fazer negócio com ele” (Idem, *ibidem*, p.52).

Da mesma forma, entende que na política também vale a relação inversa, em que “o que é moralmente mau, esteticamente feio ou economicamente prejudicial não precisa, só por isso, ser inimigo” (*Idem ibidem*, p. 53).

Tais conceitos ajudam a entender a prática da política de manter um sistema de alianças bastante variáveis que vão desde as associações por afinidades ideológicas até aquelas realizadas razões práticas de vantagens políticas, ou seja, motivadas pela possibilidade de ganhos eleitorais. Como explica Wilson Gomes: (2004)

...as alianças ideológicas oferecem menos garantias de eficácia eleitoral e de êxito em termos de governabilidade do que as alianças pragmáticas que consideram as forças efetivas no campo político a prescindir da sua coloração ideológica (Gomes, 2004, p.101)

Ideológica ou instrumental, a formação de tais alianças dá aos participantes a condição de integrantes de um determinado grupo e o *status de* amigo político, o que implica também a noção de equipe, conceito que será detalhado a seguir.

2.1 – A equipe

O mundo todo não constitui evidentemente um palco, mas não é fácil especificar os aspectos essenciais em que não é

Erving Goffman

Erving Goffman, em a “A representação do eu na vida cotidiana”, publicado pela primeira vez em 1957, desenha a teoria segundo a qual todo ser humano em suas interações é sempre um ator representando papéis sociais que mudam de acordo com as circunstâncias. Tal representação visa manter ou criar expectativas e mitos em torno do que se espera de detentores de determinado *status* social, membros de um grupo ou trabalhadores de uma atividade profissional. O objetivo é sempre manter ou corresponder a expectativas positivas, causar a melhor impressão e, em muitos casos, o próprio ator acaba acreditando e incorporando parte dessa representação como sua realidade.

... quando um indivíduo chega diante dos outros suas ações influenciarão a definição que se vai apresentar. Às vezes, de maneira calculada, expressando-se de determinada forma somente dar aos outros o tipo de impressão que irá provavelmente levá-los a uma resposta específica que lhe interessa obter. Outras vezes, o indivíduo estará agindo calculadamente, mas terá, em termos relativos, pouca consciência de estar procedendo assim. Ocasional-

mente, expressar-se-á intencional e conscientemente de determinada forma, mas, principalmente, porque a tradição de seu grupo ou posição social requer este tipo de expressão e não por causa de qualquer resposta particular (que não a vaga idéia de aceitação ou aprovação) que provavelmente seja despertada naqueles que foram impressionados pela expressão (Goffman, 1985, p.15)

Dentro desse contexto, Goffman apresenta o conceito de equipe para se referir a “qualquer grupo de indivíduos que cooperem com a encenação de uma rotina particular” (Idem, ibidem, p.78). Diz ele:

Os indivíduos podem reunir-se formal ou informalmente num grupo de ação a fim de favorecer objetivos semelhantes ou coletivos por todos os meios que lhes sejam acessíveis. Na medida em que cooperem para manter uma dada impressão, usando este esquema como meio de atingir seus objetivos, constituem o que chamamos de equipe (Idem, ibidem, p. 82-83).

Ao ilustrar sua teoria, o autor cita entre outros exemplos de equipe: um grupo de médicos trabalhando num hospital e sua relação com os médicos residentes; a relação do marido e mulher no casamento; estudos sobre as reuniões dos líderes comunitários na estrutura de poder de uma cidade pequena; e os comitês ministeriais formados por funcionários públicos e ministros.

Os membros da equipe tendem a ser ligados por direitos ou privilégios que Goffman chama familiaridade sem deixar de observar que se trata de uma “intimidade sem calor”, que não necessariamente se desenvolve gradativamente ao longo do tempo, como ocorre com os sentimentos e elos naturais e afetivos. É antes de tudo “um relacionamento formal, automaticamente ampliado e recebido, tão logo o indivíduo tome lugar na equipe”. Ele identifica uma familiaridade forçada como característica de “companheiros de equipe” empenhados em encenar uma representação.

A equipe se diferencia então de uma proximidade mais intensa, espontânea e informal a que Goffman chama de “panelinha”. Nesta os membros não possuem, como na equipe, dependência recíproca e a “panelinha” não está necessariamente excluída da equipe. A “panelinha” seria um número pequeno de pessoas que se reúne para divertimentos informais e que pode até vir a constituir uma equipe. A diferença entre os dois conceitos fica mais clara quando o autor observa que numa equipe pode haver uma familiaridade forçada entre pessoas que não querem ser próximas ou íntimas, até porque podem estar separadas por diferenças sociais. Imaginemos o caso de uma grande empresa: todos os funcionários, do diretor executivo ao auxiliar de ope-

rações mais modesto, são membros da empresa e podem numa determinada situação representar para o público externo uma atuação de equipe em nome daquela empresa, querendo passar, por exemplo, uma imagem de eficiência ou de respeito ao meio-ambiente. Nesse sentido atuam como a equipe empresa X. Internamente, porém, não existe uma familiaridade entre os dois, eles não pertencem à mesma “panelinha”, posto que a “panelinha” do diretor é formada por outros executivos com quem jogue tênis nos fins de semana, enquanto a panelinha do operário é composta pelos colegas de seção que freqüentam o mesmo pagode.

Uma equipe, explica Goffman, é um grupo que se forma não em relação a uma organização social, mas em relação a uma interação ou série de interações que tem como objetivo último manter uma definição sobre alguma situação. Essa situação pode ser micro ou macro, pode ser uma interação privada ou a imagem de um governo. A equipe teria algo do caráter de uma sociedade secreta e, em alguns casos, precisa mesmo ser capaz de guardar alguns segredos que, uma vez revelados, põem em risco os objetivos do grupo.

A conceituação de equipe e os exemplos que o autor usa para ilustrar sua análise mostram que integrantes de um partido político ou membros de um mesmo governo também formam uma equipe. Tal idéia é adotada neste trabalho e a noção de equipe enquadrada no conceito de amigo político, termo que vamos admitir dentro do universo das amizades públicas, aquelas que se diferenciam do subgrupo dos amigos privados que, de acordo com Rezende (2002) são aqueles com quem você pode ser você mesmo.

O amigo político se insere no universo da amizade pública, marcada pelo pertencimento a um grupo ou partido que atua em suas interações públicas segundo a equipe tal como entendida por Goffman (1985). No contexto político, a formação de uma equipe pode resultar de afinidade ideológica entre os participantes do grupo, crença nos mesmos projetos e formas para chegar a objetivos comuns, como seria o caso dos membros de partidos ou grupos de políticos engajados em colocar em prática determinado projeto de governo. A equipe também pode ter sua origem em razões mais práticas, como ocorre nas alianças entre partidos diferentes tendo em vista a vitória nas eleições, a chegada ao poder e a formação da base aliada que propicia apoio ao Executivo no Congresso e garante a chamada governabilidade. Independentemente da origem, o que se espera dos membros de uma equipe política ou não é um trabalho de cooperação visando à manutenção de uma imagem, como afirma Goffman: “Um

membro da equipe é alguém de cuja cooperação dramaturgica um indivíduo depende para promover uma dada definição de situação” (Idem, ibidem, p.81)

A noção de equipe é tão forte que uma vez absorvida pode ser incorporada de tal maneira que o indivíduo mantenha a representação mesmo na ausência de platéia, transformando assim os outros membros da equipe e a si próprio em platéia. Ao mesmo tempo, diferente do que ocorre na representação individual, a realidade a ser mantida pode se tornar tênue. Isso porque é previsível que a linha de atuação adotada seja desigualmente simpática aos diferentes membros da equipe, o que ameaça a manutenção do trabalho da equipe e aumenta a dependência recíproca entre os membros, como explica o autor:

Durante uma representação da equipe em andamento, qualquer participante tem o poder de abandoná-la ou interrompê-la por uma conduta não apropriada. Cada um é obrigado a confiar na boa conduta e no comportamento de seus companheiros e vice-versa. Há por conseguinte, um vínculo de dependência recíproca unindo os membros da mesma equipe aos outros.” (Idem, ibidem, p.80).

Um bom exemplo de quebra da representação foi protagonizado pelo presidente Lula e o ministro da Previdência, Nelson Machado, em cadeia nacional de rádio e televisão, e reproduzido na manchete do jornal *O Globo* de 25 de novembro de 2005: “**Lula promete fim de filas e é desmentido por ministro**”. Durante uma entrevista para quatro emissoras de rádio, o presidente passou pelo grande constrangimento de ser desmentido no ar, ao vivo, pelo seu ministro. O presidente acabara de anunciar que as filas do INSS iriam acabar até fevereiro e o ministro, chamado pela presidência a participar da entrevista, desmentiu Lula e não voltou atrás nem mesmo quando avisado pelo próprio Lula de que o fim das filas era uma promessa que ele acabara de fazer ao país. Eis o diálogo entre o presidente e o ministro, reproduzida na página 3 do jornal:

***Lula:** Esses dias conversei com o ministro (da Previdência) e ele me disse que mais ou menos até fevereiro ou abril estará resolvido o problema das filas porque vai ter mais gente trabalhando, porque vai aumentar a carga horária de trabalho e porque vai ter mais opções de as pessoas se informarem. A ordem é acabar com as filas, dando dignidade ao cidadão. Eu tenho até pedido pra o Nelson (Machado) que, se não resolver, coloque os funcionários para atender na fila, de manhã. Chegou lá, atende. É muito fácil. A partir de março, no começo de abril, pode me cobrar.*

Lula a Nelson Machado: *Primeiro você tem que saber o compromisso que assumi. Está gravado, que é o compromisso que você tem duas tarefas que são extremamente sérias: moralizar a Previdência pública, diminuir o déficit e acabar com as filas.*

Machado: *Presidente, nosso compromisso é efetivamente reduzir as filas. Como esse é um processo, não será amanhã que a gente vai conseguir. Mas, seguramente, a partir de fevereiro, os resultados vão começar a aparecer.*

Lula: *Deixa eu dar um alerta para você. Você está falando para uma imensidão de mulheres e homens que estão neste momento fazendo alguma coisa e ouvindo. Agora, nós podemos afirmar que vamos terminar com as filas do INSS.*

Machado: *Vamos melhorar a partir de fevereiro, presidente. Acabar com as filas de uma vez é muito difícil, porque uma fila normal é necessária inclusive para organizar o procedimento. Uma fila pode ser uma fila ruim, desconfortável, e pode ser a organização do atendimento. Então, vamos organizar o atendimento.*

Lula: *O Nelson está tomando a minha entrevista. Agora, Nelson, você pára por aí, que eu é que sou o entrevistado aqui.*

O ministro da Previdência foi participar da entrevista porque foi chamado pelo Palácio do Planalto, mas como não correspondeu ao esperado, não colaborou para manter a representação da equipe foi convidado a se retirar, foi silenciado. O ministro não agiu politicamente, não premeditou o ato. Ele é um técnico e como técnico respondeu: se recusou a mentir, a dizer o que tecnicamente seria impossível realizar. No caso específico do INSS, não apenas nega que não dá para cumprir a promessa no prazo, como observa que tecnicamente é impossível ter agências do INSS sem filas, posto que essas são necessárias até para o bom funcionamento dos postos. O presidente insiste, tenta contextualizar o ministro para o roteiro, chama atenção para a necessidade de concordar, porque foi feita uma promessa ao vivo, mas o ministro não entra no clima, não participa da encenação. Lula viola a máxima da qualidade - apontada por Grice (1975) entre as condições para boa interação - para ficar bem na foto, digo na entrevista. O ministro segue a mesma máxima, é sincero para ficar bem no foto ou ser coerente com a linha de conduta de técnico competente, que trabalha mas não faz milagres. O presidente fica embaraçado, sem palavras e, como última estratégia, silencia o ministro.

A ruptura não é, obviamente, o comportamento que se espera do participante da equipe. Ao contrário, a equipe deve ter uma linguagem comum, um comportamento harmônico. Não são aceitas, pelo menos publicamente, divergências de opinião.

Goffman considera como opinião geral que o desacordo público entre membros da equipe incapacita o grupo para uma ação conjunta e perturba a impressão que realidade que querem produzir ou proteger, resultando no que ele considera uma nota “dissonante”. Exatamente por isso, as equipes tendem a selecionar integrantes leais, disciplinados e discretos. No caso das famílias, por exemplo, as crianças são geralmente excluídas das representações feitas para as visitas porque não são consideradas confiáveis. Por sua espontaneidade natural, elas estariam menos aptas a participar de uma representação coletiva, podendo com freqüência se comportar de modo contraditório à impressão que se quer criar.

Num outro exemplo de atuação de equipe, Goffman relata que os funcionários públicos podem expressar livremente seus pontos de vista, mas estão sujeitos a uma restrição: não podem se opor diretamente ao seu próprio ministro e, quando isso ocorre (menos de 10% dos casos segundo o estudo usado como referência) o funcionário que discorda fica afastado da reunião em que o tema da discórdia será discutido.

Entretanto, um membro que se afastar dos objetivos do grupo, desligando-se da representação ou forçando-a a tomar um rumo que não seja aquele previamente determinado pelo grupo, não deixa por isso de ser parte da equipe. “De fato, justamente por ser parte da equipe, pode causar esta espécie de embaraço” (*Idem, ibidem, p.81*).

Esse embaraço, esse mal-estar provocado pelo desempenho que destoa e põe em risco a realidade patrocinada pela equipe remete ao ponto central de interesse deste estudo. Conforme o autor, esses incidentes podem deixar as pessoas envolvidas na interação aturdidadas, constrangidas, nervosas ou até descontroladas e tais sinais de embaraço têm, na maioria dos casos, o efeito maléfico de deixar transparecer para a platéia a existência de indivíduos representando personagens em vez de projetar o personagem que ele representa. Essa falha acaba mostrando o homem que se acha por detrás da máscara usada na interação.

Observa Goffman que, se como objeto da amizade o membro da equipe que foge ao padrão pode ser cuidadosamente ignorado, como ameaça à definição da equipe ele não pode ser desprezado. Esse comportamento que rompe com o padrão defendido pelo grupo exige dos demais integrantes da equipe uma atitude reparadora para não ampliar ainda mais o estrago feito pelo membro dissonante à impressão pública que se quer conservar:

Quando um membro da equipe comete um erro em presença da platéia, os outros membros da equipe devem muitas vezes dominar seu desejo imediato de punir e instruir o ofensor, até que o público não esteja mais presente. No fim das contas, a sanção corretiva imediata, com frequência, só perturbaria ainda mais a interação e, como foi dito antes, faria o público inteirar-se de uma *opinião que deve ser reservada aos membros da equipe* (*Idem, ibidem, p. 86- 87*).

É o que acontece, por exemplo, quando professores deixam de concordar com os pais em críticas a outros professores, ainda que internamente possam dar razão aos primeiros. Ou quando os políticos evitam rebater publicamente e preferem amenizar diante da imprensa a importância de críticas feitas pelos companheiros do governo ou ainda em alguns episódios de silêncio obsequioso atribuídos à ética profissional. Como diz Hughes: “A etiqueta profissional é um conjunto de ritos que cresce informalmente para preservar diante dos clientes a frente comum da profissão” (in Goffman, 1985, p.87).

Goffman delinea situações em que um ator age contra os interesses da própria equipe. Uma atitude irrefletida, mas que destrói a imagem da sua própria equipe é chamada por ele de “gafe” ou “rata”. Quando põe em risco a imagem de sua personalidade ocorre o que ele chama de “mancada”, ou de “meter os pés pelas mãos”. Esses atos estariam no grupo dos chamados *faux pas*, as rupturas de projeções provocadas por gestos involuntários, as intromissões inoportunas que criam embaraços ou dissonâncias, mas que não estavam nos planos das pessoas que os realizaram. Certamente seriam evitados se seu autor soubesse que teriam tais conseqüências.

Há ainda um outro tipo de situação na qual o indivíduo age de modo a destruir ou ameaçar seriamente a aparência de cortesia da convivência, e embora não tenha o objetivo de criar tal dissonância, age sabendo que existe o risco de que isso venha ocorrer. A esse tipo de atuação o autor chama de *cena* ou “fazer uma cena”, copiando a expressão popular que ele próprio considera extremamente adequada. Isso porque as ações de ruptura acabam criando uma nova cena e fazendo com que a ação anterior esperada das equipes seja abandonada, porque um novo drama toma seu lugar e exige nova distribuição de papéis, como explica no trecho a seguir:

Algumas cenas ocorrem quando companheiros de equipe não conseguem mais apoiar a representação inepta uns dos outros e deixam escapar uma crítica pública imediata a respeito dos próprios indivíduos com quem deveriam estar em cooperação dramática. Esse mau procedimento liquida às vezes a representação que os disputantes deveriam estar apresentando. Um dos efeitos da briga é fornecer à platéia uma visão dos bastidores e outro é deixá-la com o sentimento de que há alguma coisa seguramente suspeita re-

lativamente à representação, quando aqueles que a conhecem melhor não se entendem. (Idem, ibidem, p.193)

Este não é o único tipo de cena citado pelo autor, mas é o que particularmente interessa a este estudo, porque reflete perfeitamente um fenômeno que, entre partidos ou grupos políticos ficou conhecido como fogo amigo e se refere aos ataques vindos daqueles que são do próprio grupo. São comportamentos que sugerem ideologias em conflito, diferentes noções de éticas e falta de autoridade do líder. Ocorrem quando um integrante da equipe quebra o código de representação pré-determinado e só são possíveis porque gerados por um integrante da equipe.

2.2 – Fogo amigo

A única coisa mais certa do que fogo inimigo é o fogo amigo
Autor desconhecido

As especificidades que marcam a amizade política, sua inclusão no universo público e não no privado e suas metas mais instrumentais do que afetivas são fundamentais para a compreensão do fenômeno conhecido como fogo amigo. A expressão original *friendly-fire* surgiu nos Estados Unidos na década de 60, por causa do grande número de mortes de soldados americanos na guerra do Vietnã, decorrentes dos erros de artilharia do próprio exército do país. É usada para caracterizar as inusitadas situações em que, por erro de inteligência ou dificuldades inerentes à própria situação da guerra, os soldados eram atingidos por seus próprios companheiros de farda.

Da linguagem bélico-militar o termo foi transportado para o jargão político, levado pela mídia sob o impulso da proximidade entre a política e a guerra, pois como ensina Schmitt (1992) a guerra é a mais forte expressão da política e o antagonismo que marca a essência das relações políticas é expresso pelo uso da linguagem. Significa o ataque que vem de dentro de casa, disparado por quem teoricamente deveria oferecer apoio.

No Brasil, a chegada do Partido dos Trabalhadores ao poder, com suas correntes e contradições internas, somada à inesperada postura ortodoxa adotada pelo governo na área econômica e às alianças políticas formadas para dar sustentação ao governo no Congresso, tornou mais fértil um terreno que, por ser petista, já seria mesmo propício às disputas internas. Não se pode esquecer que o PT nasceu e cres-

ceu unindo várias tendências políticas de esquerda que coabitavam sob a mesma estrela vermelha, mas sempre em meio a conflitos e rivalidades internas.

Não sem motivo, quando as pesquisas eleitorais começaram a apontar como incontestável a vitória do candidato Luiz Inácio Lula da Silva nas eleições presidenciais de 2002, o sociólogo e então presidente Fernando Henrique Cardoso chegou a afirmar que, por ter o PT como partido, Lula não precisaria de oposição.

Assim, num cenário inusitado, o operário, sindicalista e líder do maior movimento grevista que o país já vivenciou, chegou à Presidência da República tendo como vice um empresário. E escolheu para um dos cargos mais importantes de seu governo – a presidência do Banco Central – um deputado recém-eleito pelo PSDB, principal partido de oposição, e representante do mercado financeiro, até então alvo preferencial das críticas do PT.

Numa inversão de expectativas, os inimigos clássicos como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o mercado financeiro e ícones políticos de partidos políticos tradicionais – José Sarney, Antônio Carlos Magalhães, Aécio Neves – se tornaram aliados e passaram a elogiar a administração Lula. Já seguidores históricos passaram a liderar um movimento de oposição e foram rotulados de *xiiitas*. Alguns, como a senadora Heloisa Helena, acabaram expulsos do PT.

Entre os que ficaram no governo, no partido e na base aliada, o que se viu desde os primeiros dias do novo governo não foi exatamente um ambiente onde reinou a paz e a harmonia. A tentativa do governo Lula de compor com várias correntes e fazer alianças com partidos com os quais não tinha real afinidade política não foi suficiente para transformar todos em amigos políticos. Ao contrário. Ao abrigar as diferenças, o governo trouxe para seu interior amigos e inimigos e se tornou sua maior fonte de oposição e críticas.

O fenômeno teve início com a rebeldia da senadora Heloisa Helena e as intensas e repetidas críticas do vice-presidente José Alencar à política econômica do governo e passou por praticamente todos os outros integrantes do governo ou de sua base de sustentação. Basta lembrar a, embora discreta para o público externo, intensa discordância e disputa de força entre os dois homens fortes do governo: o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, e o ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu. No governo Lula, o fogo amigo explodiu na mais profusa ocorrência do fenômeno já registrada na história do país. E a expressão ganhou o debate político, a imprensa e se popularizou de tal forma que foi parar até nas manchetes dos cadernos de esporte, como mostra manchete da página 34 da edição de *O Globo* de 14 de abril de 2005: “Fogo amigo

arde em Vassouras – Negociação de Lugão e Schneider para o Flu causa mal-estar no Volta Redonda”.

Nosso foco está então sobre o fogo amigo realizado no contexto das interações políticas e expresso por meio da mídia impressa. Isso porque tanto a atitude de ruptura de quem quebra o acordo tácito da equipe quanto o embaraço de quem é atingido pelo fogo amigo ganha maior dimensão, dado o poder de propagação da imprensa. Além disso, são os meios de comunicação de massa que abrigam a maior parte da realização política contemporânea, como veremos no capítulo seguinte.